

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE**

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Manuel Salgado Santos, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo Presidente da Assembleia foi anunciado o seguinte *pedido de suspensão*: pelo período de vinte dias de Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, eleita pelo PS.-----

-----Colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.-----

-----Tomou assento o elemento que se seguia na respetiva lista, por se encontrar presente na sala, registando-se a presença de cinquenta Membros.--

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Assembleia** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Assembleia**, comunicou à Assembleia a existência de duas propostas. Um Voto de Pesar, apresentado por três Presidentes de Junta de Freguesia, eleitos pelo PS, IPF e PSD, respetivamente, pelo falecimento de Cândido Moreira, presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e autarca em Padronelo, concelho de Amarante, propondo um minuto de silencio em sua memória e que seja manifestado à família as mais sentidas condolências e transmitido o teor deste Voto de Pesar à ANAFRE e à Junta de Freguesia de Padronelo.-----

-----Foi, de imediato, colocado a votação, sendo ***aprovado, por unanimidade.***-----

-----E um voto de congratulação apresentado pelo PS, tendo o Primeiro Secretário procedido à sua leitura, ao Executivo pela forma como decorreu o II Encontro Mundial de Palhaços do Mundo realizado no Jardim do Calvário.-----

-----Colocado à votação, foi ***aprovado, por maioria, com oito abstenções.***-----

-----Não havendo mais propostas, passou-se ao **período de intervenções**. -

-----Tomou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que começou por saudar o Senhor Paulo Monteiro pela sua eleição como presidente da União de Freguesias de Monte e Queimadela, desejando-lhe felicidades, tecendo vários comentários políticos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a data de conclusão das obras em falta no Arquivo Municipal, principalmente os arranjos exteriores, e perguntou se havia uma data prevista para a sua utilização, atendendo que já tinha decorrido um longo prazo desde a sua inauguração. Perguntou, se já havia a previsão de uma data para a conclusão das obras no recinto denominado por “Feira Semanal” e se estaria previsto algum plano ou alguma intenção de repintar a sinalização horizontal das ruas da Cidade e nas freguesias do Concelho que, em muitos lugares, está praticamente invisível. Pediu esclarecimentos sobre retirada de árvores existentes na setor doze da Zona Industrial do Socorro cujas caldeiras está cada vez mais fundas, impedindo muita gente de poder estacionar sugerindo que se replante as árvores ou então se tape as caldeiras.-----

-----De seguida, tomou a palavra **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para dizer que já se notam melhorias na Barragem de Queimadela, lembrando, apenas, aos serviços que a parte de acesso pela escadaria precisa de um corrimão de madeira para facilitar o acesso às pessoas com mais idade. Continuou dizendo que há dias, foram comemorados aos quarenta anos após o 25 de Abril, altura em que foi conquistada a democracia e a liberdade, o direito à saúde e à educação, à habitação e à cultura, no entanto existem falhas a todos os níveis. O direito ao trabalho não deve ser visto como algo teórico ou abstrato, afirmando que em democracia tem que ser visto como direito e obrigação de participar ativamente na produção, na criação de riqueza ou seja na criação das condições que permitam a sobrevivência da democracia, que suporte os direitos democráticos à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à vida digna do ser humano. Disse, também, que a democracia, como estado social, como nosso, assenta obrigatoriamente naquilo que o país produz e tem para poder dar. Se o país não produz não pode dar, e então a democracia esfuma-se em pura teoria e transforma-se em utopia. Em Portugal, e em Fafe, nem sempre aquele direito ao trabalho que alimenta democracia esteve

presente e por vezes esquecido e até crimosamente negado, Fafe que começou com o saneamento básico há trinta e pouco anos, construindo uma das primeiras estações de tratamento de águas residuais no norte do país, ainda hoje tem saneamento básico em termos deficitários. Fafe que gastou muitos milhões no absurdo projeto do Parque da Cidade, hoje meio abandonado, dando a imagem do desprezo por dinheiros públicos e esquecerem-se do estado degradante que se encontram as Praças da Feira Velha e Praça José Florêncio onde estão localizadas três das mais notáveis instituições locais, como sejam a justiça, a saúde e a igreja, e também o Bairro da Granja e Fábrica do Ferro cujos arruamentos se encontram degradados e onde foram autorizadas a realização de obras que descaraterizam por inteiro a beleza e a arte dos seus projetistas que lhe deram a origem. Teceu vários comentários políticos sobre o uso do Pavilhão Multiusos. Lembrou que quer a piscina municipal, quer o gimno-desportiva tem mais de trinta anos e estão saturados. Afirmou que em Fafe, a maior parte do setor empresarial que fez deste Concelho uma terra rica desapareceu e que praticamente todas as grandes empresas têxteis tinham falido tendo a Câmara pouco ou nada contribuído para evitar o atual empobrecimento, tendo desperdiçado muito do que hoje faz falta. Afirmou que a Câmara é hoje, como entidade empregadora, uma grande empresa que a avaliar pelo número de administradores quase parece uma multinacional, por isso é tempo de começar a pensar no desenvolvimento do concelho, começando pelo encerramento da revisão do Plano Diretor Municipal que se arrasta quase à duas décadas para que se cative o investimento nas áreas como a construção, o urbanismo, a indústria, o comércio e a agricultura, tornando se necessário um dinamismo e políticas mais pujantes com apoio aos nossos industriais e a todos os que desejam implantar futuras indústrias em Fafe, acarinhar e desenvolver o turismo, apoiar e incentivar a nossa agricultura e a agropecuária. Propôs a criação de um prémio do incentivo para a área da indústria que se poderia chamar “Inovação e Empreendedorismo”, a ser entregue nas comemorações do 25 abril à semelhança de outros, para acarinhar os projetos que escolham o nosso concelho e acompanhando-os, com o apoio de outras Instituições nomeadamente a Associação Comercial e Empresarial de Fafe e Terras de Basto, o Centro de Emprego e Formação Profissional, áreas do governo que apoiam jovens empresários para instalação

das suas empresas. Salientou que a Câmara deveria ceder terrenos com infra-estruturas para fixação de indústrias que sejam produtores de riquezas e criação de emprego a preço não especulativos e eventualmente gratuitos, criação de espaço para venda de produtos agrícolas produzidos pelos Fafenses pelo menos duas vezes por mês isento de pagamento de taxas, aumentar substancialmente a área de caça com o repovoação das várias espécies e após isso divulgar a mesma pelas várias associações e clubes de caçadores.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que iniciou a sua intervenção tecendo vários comentários políticos nomeadamente sobre o ato eleitoral para a Assembleia de Freguesia de Monte e Queimadela. Questionou o Senhor Presidente sobre os atrasos de salários na Naturfafe, dado já se encontrarem novamente nesta situação e sobre a entrada no Parque de Estacionamento da Biblioteca ao sábado à tarde.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Maria Clara Gonçalves Marques Mendes**, eleita pelo PSD, para falar, em seu nome e em nome do Grupo Parlamento do PSD, do Hospital de Fafe, sabendo que a sua gestão vai ser entregue a Santa Casa da Misericórdia de Fafe, fez uma retrospectiva do que aconteceu até à data, dizendo que o mesmo possuía inúmeras valências, de extrema qualidade e que serviam com proximidade a população designadamente a de Fafe e da região de Basto, mas que após a integração do hospital no Centro Hospitalar do Alto Ave a situação alterou-se, ao longo destes últimos anos tem se vindo a assistir a uma perda de valências e recursos humanos e, a esse propósito, entende que a entrega da gestão à Santa Casa deve merecer o apoio de todos, lembrando que, durante mais de um século, o hospital foi gerido por essa instituição. Entende que Fafe terá agora a oportunidade de recuperar o que perdeu, de ter um hospital que vai beneficiar todos.-----

-----Usou da palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS para tecer vários comentários políticos sobre as primeiras intervenções. Felicitou o executivo pelo Plano Municipal de Apoio Social apresentado, e de ter aproveitado o fato da situação financeira estável do Município, para lançar apoios sociais que permitam às famílias ultrapassar as dificuldades do

momento devidas às políticas do governo mais radical desde o vinte e cinco de abril, que tem recuado imenso no Estado Social, tem deixado pessoas quase na miséria. Defendeu isto porque a matriz ideológica do Partido Socialista assenta na fraternidade, baseia a sua política na crença de que os homens nascem iguais, com plenos direitos sociais e políticos, portanto o direito da dignidade humana é um direito das pessoas não é caridade. Sugeriu ao Senhor Presidente que, em função de diversos incidentes do ponto visto ambiental, a Câmara Municipal tivesse um postura mais rígida, fazendo valer a suas competências quando as tiverem ou caso não tenham, pressionando a tutela para que atuem. Por fim, questionou o Senhor Presidente sobre a relação do Município com a Associação Desportiva de Fafe, estando a decorrer hoje uma Assembleia Geral onde será discutida a situação financeira do Clube.-----

----- Posteriormente usou da palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, que começou por lembrar que o Senhor da Câmara tinha ficado de remeter uns esclarecimentos sobre o orçamento na última Assembleia que, de fato recebeu, no entanto entende que os mesmos deveriam ser remetidos a todos os membros. Solicitou, também, o envio das declarações de voto e das moções juntamente com as atas que lhe são enviadas. Informou que a convocatória desta Sessão não foi publicada na Internet. Teceu vários comentários políticos sobre as intervenções anteriores. Questionou o Senhor Presidente sobre o encerramento das escolas e sobre a posição que a Câmara tem nessa matéria e sobre as medidas apresentadas ou não ao respetivo Ministério. Relativamente ao hospital, disse saber a posição do governo mas que em relação à posição da Câmara tinha dúvidas. Soube que houve uma reunião entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Secretário de Estado, vieram notícias no jornal sobre isso, principalmente a informação que confirmaria que o hospital continuaria a pertencer ao serviço nacional de saúde. Pediu esclarecimentos sobre o que foi argumentado perante o Senhor Secretário de Estado. Perguntou ao Senhor Presidente se tinha aproveitado a oportunidade para informar o Senhor Secretário de Estado sobre as condições do edifício e se o questionou sobre as garantias que nos permitirão dizer que a Santa Casa da Misericórdia fará uma melhor gestão que o Ministério, sobre a forma como a Santa Casa irá conseguir poupanças de 25% e onde vão cortar para conseguir fazer essa gestão. Perguntou se tinha informado o Senhor Secretário de

Estado que tinha sido aprovada uma declaração em defesa do Serviço Nacional de Saúde e contrato de desclassificação do sector hospitalar.

-----De seguida, tomou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva**, eleito pelo PSD, começou por questionar o Senhor Presidente sobre qual é o real objectivo e qual a estratégia que a Câmara tem relativamente previstos para o emprego, tendo em conta que a taxa de desemprego. Salientou que a situação do país realmente não era das melhores, mas que, também, cabia as próprias autarquias trabalhar nesse sentido, principalmente para os jovens que são o mais afetados. Enquanto Grupo Parlamentar, entendem que para fomentar o emprego é realmente necessário investir na economia local, é necessário criar investimento e trazer várias empresas para o concelho, criar enriquecimento para promover varias oportunidades para os nossos jovens, para que deixem de sair do nosso concelho, situação que tem acontecido nos últimos tempos e que nos leva a perceber que muitos deles ficam noutras autarquias vizinhas ou nas grandes áreas metropolitanas porque não há oferta de emprego na nossa cidade. Aproveitou para dizer também que, para além disso, existem planos a nível nacional que vão ao encontro do combate ao desemprego, nomeadamente o Programa da Garantia Jovem sobre a formação, educação e emprego, que é um assunto que a Câmara poderia promover e dar a conhecer a muitos jovens que estão no desemprego em conjunto com o Centro de Emprego porque acha que há muita falta de informação e muitos jovens não tem conhecimento relativamente a esses programas que são fundamentais. Focou outro ponto que, a seu ver, é essencial, existem outros métodos de financiamento que, em vez de sair do orçamento da Câmara, nomeadamente a nível Europeu, tal como o novo grande programa que é o Erasmus Mais, e como ponto de partida sugeriu que a Câmara criasse um gabinete de apoio às organizações, criando um posto de trabalho a algum técnico que esteja preparado para o mesmo. De seguida, questionou o executivo, nomeadamente o Pelouro da Educação, sobre uma rubrica do orçamento que é destinada ao apoio a estudantes carenciados do ensino superior, tendo já passado sete meses depois de ser apresentado esse orçamento, depois de ser pronunciado por este grupo parlamentar do PSD, o que tencionam fazer em relação a essa verba, se já existe algum regulamento ou se está à espera que o próximo ano lectivo comece, atendendo a quantidade de jovens estudantes que estão

abandonar o ensino superior. Entende que é necessária uma eficácia nessa criação de regulamentos, na qual o Grupo Parlamentar do PSD se dispõe em colaborar e participar nas suas elaborações. Terminou questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre a razão pela qual não ter sido comemorado o dia da criança.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Alberto Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF) que começou por questionar sobre o curso das jornadas literárias que habitualmente, por estas alturas, são sempre referenciadas como um evento de grande relevância para Fafe. Afirmou que todos sabiam que se realizaram, mas desta vez não saíram das paredes interiores da escola o que equivale dizer que perderam a grande visibilidade exterior ganha nos últimos anos. Lembrou que todos os presentes não esqueceram o final das jornadas literárias de 2013, em que a beleza, o significado e o sentimento histórico e cultural projectado por aquele extraordinário cortejo etnográfico, maravilhou muitos milhares de fafenses e deixou patente a grande mobilização feita em todas as associações das freguesias do concelho e das próprias juntas. Considerou uma pena ter-se terminado com a visibilidade exterior das jornadas literárias e de tudo importante quanto isso representa na vertente da criatividade, inovação e da nossa história cultural e artística. Manifestou, também, o seu desagrado pelo fato do dia mundial da criança ter sido totalmente esquecido. Considera um erro enorme este esquecimento, não só por tratar-se de uma data assinalada em todo o mundo, de uma data que faz parte de uma agenda anual, tecendo vários comentários políticos sobre este assunto. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o projeto “Fafe Cidades das Artes” e fez alguns reparos sobre o mesmo, nomeadamente sobre o protocolo assinado com a Associação Cultural e Artística “Malazartes” e sob as despesas inerentes ao mesmo. Questionou sobre os cartazes apresentados na Galiza onde um apenas referenciava “Fafe Cidade das Artes” e sobre o abandono do projeto por parte do ator Pedro Giesta. Sugeriu que à Câmara fizesse uma avaliação sobre as vantagens e desvantagens deste projeto, procurando saber se o mesmo prejudica ou não as associações culturais e recreativas do concelho.-----

-----De seguida, uso da palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD, que começou por tecer vários comentários políticos sobre o encerramento de escolas em todo o país e solicitou esclarecimentos sobre a Carta Educativa.----

-----Usou da palavra **Carlos Rogério Oliveira Rodrigues**, eleito pelo PS, que, iniciou a sua intervenção dizendo que o Partido Socialista tinha proposto e visto aprovado nas duas ultimas sessões desta assembleia moções de protesto relativas as movimentações que foram ocorrendo à volta do destino do pólo de Fafe do Centro Hospitalar do Alto Ave, essas movimentações davam conta da intenção do Governo em desmantelar o Centro Hospitalar e de entregar a gestão do mesmo à Santa Casa da Misericórdia. Teceu vários comentários políticos sobre este assunto. Sendo entendimento do Grupo Parlamentar do PS, sugeriu que esta Assembleia Municipal solicitasse esclarecimentos à tutela nomeadamente quanto ao enquadramento funcional da nova realidade do hospital de Fafe para que todos os deputados municipais ao tomar conhecimento do enquadramento e das condições de funcionamento futuras se possam pronunciar sobre o tema. Propôs assim, que a Mesa da Assembleia fosse mandatada para solicitar junto da tutela todas as informações pertinentes com vista a obtenção do conhecimento necessário a tomar uma posição consciente, serena e esclarecida da saúde do nosso concelho.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa** comunicou que irá ser efetuada comunicação à tutela, nesse sentido.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, tecendo vários comentários políticos. Felicitou os Vereadores do PSD, nomeadamente o Dr. Eugénio Marinho, pelo trabalho que tem desenvolvido, no âmbito do urbanismo, por arranjar uma solução para o “Royal Center” que irá deixar de ser um imóvel abandonado e mal cheiroso e pela forma ágil como desbloqueou o licenciamento do prédio da “Sacor”.-----

-----Usou da palavra, **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), dizendo que aproveitaria as palavras do Dr. Rogério, para propor que esta Assembleia solicita-se não apenas um esclarecimento à tutela, mas organiza-se, por exemplo, um evento que permitisse a deslocação de alguém em representação da tutela, de alguém da Santa Casa, de alguém da Câmara Municipal, que em data a combinar, ajudando assim esta Assembleia a perceber o que realmente vai acontecer,

porque isto é um assunto que toca a todos. Teceu comentários políticos sobre o esmo.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

Começou por felicitar a Assembleia que, no período de Antes da Ordem do Dia, fez quase uma ronda pelos vários assuntos com que esta Autarquia se debate.

- Relativamente ao Arquivo Municipal explicou que a obra foi terminada pelo o Empreiteiro mas, ainda não foi recebida porque existem defeitos de construção que estão a ser negociados com o mesmo, paralelamente, está a decorrer o processo de arranjos exteriores e fornecimento de equipamento, o Arquivo não funciona só com o edifício, estando a decorrer os concursos. Existem algumas questões eléctricas, e portanto são essas as razões pelas quais o Arquivo não está a funcionar. É do nosso conhecimento que o Arquivo atual não tem as melhores condições para as pessoas trabalharem e a nossa preocupação resulta não só pelos documentos que lá se encontram mas, também, pelas condições em que as pessoas estão a exercer o seu trabalho. -----

- Sobre a Feira Semanal, informou que a inauguração, seguramente, será no próximo mês, estando marcada uma reunião, para breve, com os feirantes, no sentido de os sensibilizar para a necessidade de ocuparem o espaço e de o preservarem agora nesta transição.-----

- Relativamente à pintura das estradas, foi assinado um contrato para aquisição dos materiais para se fazer as mesmas.-----

- Sobre as caldeiras na Zona Industrial de Socorro e arvores, existia aqui uma politica de muitas vezes se resolver os problemas um bocadinho pontuais e de fato, existe um conjunto de arvores que se identificaram com necessidade de serem substituídas, entendeu-se, por isso, abrir um concurso para distribuição das arvores pelo concelho.-----

- Quanto ao corrimão na Barragem de Queimadela, o mesmo faz parte do projeto, e são os nossos serviços que estão a tratar disso, está a ser preparado, provavelmente aquela zona de lazer da Barragem irá abrir ainda sem corrimão, mas faz falta para as pessoas idosas, até porque nos queremos que seja um espaço acessível a todos.-----

- Informou que o PDM era uma prioridade máxima para o próximo ano.-----

- Quanto à questão do parque da cidade, afirmou que não será o parque que

estava planeado, neste momento, existe é uma vontade de ter um parque diferente, muito mais ligado à natureza, que permita desfrutar. O problema do parque da cidade não se consegue resolver num ano ou num mandato, vão tentar procurar todos os anos fazer um investimento para que assim se vá tornando num parque agradável mais acessível e irão investir o que for possível, até porque agora existe outra ameaça que é o fundo de apoio municipal, que se for para frente, e o que está previsto é que o Município de Fafe entre para esse fundo, irá implicar a redução de 2 milhões de euros por parte do Estado. Vamos ter de fazer uma reflexão sobre isto, provavelmente no próximo orçamento já teremos condições para ter alguma informação mais detalhada.-----

- Quanto à questão do emprego, estão a ser desenvolvidos trabalhos no sentido de lançar um programa de apoio ao emprego, foi criado um gabinete de apoio para ajudar empresários. Mas não tem sido tão fácil como se pode pensar, até porque envolve o contributo de algumas instituições do poder central, tais como o IEFP, a Segurança Social, já se realizaram varias reuniões com IEFP, de financiamento, promoção do auto emprego, financiamento a pequenos negócios. Felicitou a freguesia de Silvaes S. Martinho, por criar seis empresas, com cem postos de trabalho.-----

- Prosseguiu dizendo que a Naturfafe e a Associação Desportiva de Fafe eram as duas grandes preocupações do município, quando à Naturfafe, estamos com o dossier nas mãos porque a relação entre o Município e a mesma por obrigação legal e politica, tem de ser contratual. A Naturfafe está no mercado, nem sempre temos sido tão rápidos a fazer os concursos, a burocracia dos mesmos é muito demorada e é por isso que de vez enquanto entra em situação de ruptura. Em relação à Associação Desportiva de Fafe o que esta aqui em causa não tem nenhuma dificuldade da parte do Município, o Município tem com o Fafe uma relação de protocolo de colaboração, do qual resulta a transferência para essa Associação de cento e cinquenta mil euros, o que acontece, e por imposição legal e por restrições da actual lei das autarquias e das finanças, o Fafe não tem condições de os receber, porque tem dividas a Segurança Social e as finanças. Portanto, da nossa parte, estão reunidas todas as condições para continuar a ajudar o Fafe. Arfirmou que os fafenses, ou querem salvar o Fafe e ajudar a Comissão Administrativa a resolver os

problemas existentes ou não querem. Afirmou que não cometerá ilegalidades e que as relações com a Associação Desportiva de Fafe têm de ser claras.-----

- Comunicou que a partir do dia 30 de Junho poderá se estacionar no parque da biblioteca todos os dias excepto ao domingo das oito às duas da manhã.-----

- Relativamente ao assunto ao Hospital, disse que tinham sido colocadas todas as questões invocadas, e mais ainda, ao Senhor Secretário de Estado. Continuou dizendo que sendo fragmentado o Centro Hospitalar e ficando outra vez um hospital em Fafe e um Guimarães e terminando o centro hospitalar, desaparece o argumento para a criação do agrupamento dos centros de saúde que, neste momento inclui Fafe, Mondim, Cabeceiras, Vizela e Guimarães, e então faz sentido voltar a ter o agrupamento de Centro de Saúde que tinha Fafe, Mondim e Cabeceiras e por outro o Agrupamento que circula à volta do Hospital de Guimarães, quer Guimarães e Vizela. Questionado sobre esta questão, o Senhor Secretario de Estado disse que não era com ele, que era com outro Secretário de Estado, a quem será pedido uma audiência porque faz todo o sentido. Continuou afirmando que, como aqui já tinha sido muito bem delineado, existe uma mudança de modelo. Era um modelo que podia ter condições para dar, assim a administração o quisesse, para desenvolver em Fafe um hospital de categoria, efectivamente não se verifica, o que acontece é que o hospital tem sido esvaziado de material e profissionais. Existe um protocolo em que o hospital se mantém publico, que se mantém no Serviço Nacional de Saúde, gerido por a união das misericórdias, com as valências, medicina interna, cirurgia, ortopedia, oftalmologia e serviço de urgência vinte e quatro horas por dia, e também os serviços de apoio, análises, raio-X, etc.-----

- Relativamente a questão da subsídio - dependência, efectivamente o que estava a acontecer é que as opções justificam-se por si, e justificam-se pela garantia de um direito que é o direito à igualdade de oportunidades. Foi agora apresentado um primeiro pacote de intervenções sociais, havendo mais nomeadamente as bolsas de estudo, o programa do desemprego e o apoio aos idosos e aos cuidadores dos dependentes que estamos a ultimar e também os centros de convívio.-----

- Sobre as questões ambientais, começou por dizer que era obrigação de todos garantir as mesmas, devendo as Câmaras ter alguma intervenção que deve

ser, não só na fiscalização, mas também na obrigação do cumprimento rigoroso de todas as disposições legais.-----

- Em relação à Internet, informou que está a ser renovado e a fazer um novo site, e que teria sido possível ter havido alguma descoordenação.-----

- Quanto aos problemas das escolas, começou por dizer que o mesmo passa por um problema inicial que tem haver com a demografia, cada vez são menos as crianças, assim sendo é preciso criar condições para que elas possam estudar e formar-se. As razões que levaram a que se concentrassem, passam por poder ser possível criar condições para que elas não possam estar todas misturadas na mesma sala, várias turmas na mesma sala, para poderem ter apoios ao nível da alimentação e gerir melhor esses recursos. Frisou que existia um critério, no qual não cedia, que é quando uma escola tem o número mínimo de vinte e um alunos, que é assim está definido pelo Ministério da Educação, pelo que não irão encerrar nenhuma escola que tenham esse numero de alunos, para isso têm oposição firme deste executivo. Nas outras o processo, segundo informações do Senhor Vereador, ainda não está fechado, ainda não se sabe bem, mas caso não atinja os vinte e um alunos, terá de se procurar, prejudicando o menos possível as crianças, os pais das crianças, soluções para que os mesmos tenham um ensino de qualidade.-----

- Sobre o dia da criança, disse que, este ano o dia da criança tinha sido ao domingo, e que haviam iniciativas da sociedade civil, iniciativas de alguns privados e entendeu-se que já tinham sido realizadas algumas celebrações, o dia da criança foi celebrado com antecedência, na sexta-feira, nas escolas. Foi uma opção nossa e nunca imaginou que tivesse tanto impacto.-----

- Relativamente às jornadas literárias e ao facto de no ano passado ter sido organizado um cortejo etnográfico e se ter junto «Fafe dos Brasileiros», afirmou que não tinha de ser sempre assim. Continuou dizendo que as jornadas literárias podem e devem ter a postura que tem de dinamização, desenvolvimento de leitura, gosto pela literatura. Quanto a «Fafe dos Brasileiros» irá ser realizado noutra época, até porque desenvolver esta ligação de Fafe ao Brasil é uma das vertentes do desenvolvimento económico na qual estão empenhados, e desenvolvendo no que é mais característico, um dos aspectos é esta ligação ao Brasil. Continuou dizendo que faz todo o sentido

manter, todos os anos, uma iniciativa que sublinhe esta ligação ao Brasil e comemore “Fafe dos Brasileiros”.-----

- Quanto a Fafe Cidade das Artes, não existe nenhum preconceito em relação a este assunto, o facto de não ter resultados no concelho, não significa que agora não resulte, o princípio é inteligente e lógico, ter no concelho profissionais a trabalhar ao mesmo tempo com amadores, enriquece todos. Será feita uma avaliação sem preconceitos, mas uma avaliação rigorosa do que é, do que foi e do que vai ser até aqui o «Fafe Cidade das Artes», e se a conclusão for de que não ajuda em nada o concelho, acaba. -----

Terminou dizendo que a Carta Educativa é de 2004, tem sofrido alguns retoques, mas em breve irá arrancar um processo de revisão da mesma.-----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** para esclarecer que o edital foi colocado na página do Município, na secção dos editais e recordou que esta Assembleia já tinha aprovado, em tempos, um documento sobre o hospital e que no mesmo deliberou solicitar uma reunião ao Ministério da Saúde, e que a mesma ainda não tinha acontecido. Informou que está na disposição de officiar em nome da Assembleia ao Senhor Ministro da Saúde dizendo que esta Assembleia Municipal tomou conhecimento pelo Senhor Presidente da Câmara de que o Ministério da Saúde se prepara para outorgar um protocolo com a Santa Casa de Misericórdia em finais do próximo mês de Julho e, assim sendo, antes desse protocolo ser assinado, solicitar que esta Assembleia Municipal seja recebida no Ministério da Saúde ou que o Ministério da Saúde a informe do teor desse protocolo a fim de se tomar conhecimento do propósito do Governo relativamente ao hospital de S. José de Fafe.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se de seguida ao **ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.*** -----

-----Foi da a palavra a ao **Senhor Presidente das Freguesias de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído, António José Novais** que questionou o Senhor Presidente sobre uma obra que, na informação escrita relativa à sua freguesia, consta que a mesma já está adjudicada, que é referente ao caminho

municipal entre Felgueiras e Cheda, nomeadamente se já existe alguma data para que o seu início..-----

-----Solicitou a palavra, também, **Joaquim Magalhães**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), para solicitar a Senhor Presidente que mandasse alterar onde diz “Nó de Arões” diga “onde está projetado o Nó de Arões” e questionou ainda sobre o porquê de constar das obras em execução a construção, na Avenida de Santa Comba, freguesia de Fornelos, numa parcela sobrance do IC5, de um equipamento desportivo e pelo fato de não vir mencionado nas obras em execução.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos devidos.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto dois – Emissão de parecer sobre projeto-lei nº 493/XII – Integração da totalidade do lugar da Lagoa na União de Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído (alteração aos limites da União de Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído e da União das Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova.)**-----

-----O **Presidente da Mesa** usou da palavra para recordar que este assunto já tinha sido aqui trazido de acordo com aquilo que foram deliberações anteriores da Assembleia Municipal, quando foi recebido aqui o projeto lei da Assembleia da República, esta Assembleia deliberou criar condições para proceder a uma consulta a todos os cidadãos residentes na Lagoa, essa consulta foi promovido e organizada por representantes de todos os grupos políticos desta Assembleia Municipal, essa consulta fez-se no dia onze de maio, o resultado foi de cento e vinte e duas pessoas votaram a favor da integração do Lugar da Lagoa na Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído e vinte e uma votaram a favor da integração na freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova, em função da forma clara como este escrutínio decorreu, a mesa recebeu uma proposta de parecer que vem assinada pelos representantes dos diversos partidos políticos na Assembleia ou seja do PS, PSD, CDU e pelos Independentes e também pelos dois presidentes de juntas em causa , procedendo de seguida à sua leitura. -----

-----Solicitou a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova, Diamantino Lopes** que começou por afirmar

que este problema da Lagoa era um caso já muito antigo, e se era muito antigo, era porque não era fácil de resolver, mas não é um caso único no país, nem no concelho de Fafe, como é o caso do Lugar da Pica que pertence às freguesias de S. Gens e Quinchães e nunca houve problemas em relação a esse lugar, e mais a cima temos a caso da Gandarela que também pertence a duas freguesias e não foi por essa razão que deixou de se desenvolver. Mas no caso da Lagoa, não quis deixar passar em claro, uma questão que, por dever de gratidão, não poderia deixar de a referir nesta Assembleia, é que nos mandatos anteriores, o Presidente da Junta de Freguesia de Várzea Cova teve sempre para com o Lugar da Lagoa e a sua população a maior atenção, a melhor colaboração, o maior respeito e a maior admiração, e portanto também não era por aí que havia problemas ou que o problema podia ser despoletado. Ainda hoje a população da Lagoa e do lugar da Lagoa deve essa gratidão, a uma pessoa que durante muitos anos esteve a frente dos destinos da freguesia de Várzea Cova, neste caso também do lugar da Lagoa. Continuou, afirmando que, o que estava aqui era um projecto lei que prevê a integração da totalidade do lugar da Lagoa na freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído, foi, então, constituída uma comissão, comissão essa que entendeu auscultar a opinião da população da Lagoa através de um referendo local, e que a vontade manifestada por essa população foi expressiva, não sabe se estariam devidamente elucidados, porque nada foi feito, pensou-se que toda a população do lugar da Lagoa estava devidamente elucidada. Pareceu-lhe que se calhar não foi dada a devida importância a este ato, porque entende que este ato era mais importante que qualquer eleição autárquica, porque numa eleição autárquica passado quatro anos se a população não estiver contente escolhe outro, aqui não, é irrevogável, e não se pode voltar atrás, pelo que considera que deveria ter sido dada mais importância à divulgação desta auscultação. Sugeriu uma recomendação à Assembleia da República, recomendação, essa que deveria acompanhar este parecer que seria mais ou menos no sentido de o Governo, a exemplo do que fez com a Lei da Integração das Freguesias, procede-se automaticamente à atualização dos prédios, dos artigos urbanos e rústicos, para que os proprietários não tenham qualquer problema, nem encargo. Terminou dizendo que nenhum presidente de Junta vê com bons olhos a sua freguesia perder território, perder população e perder,

também, património, perdendo a favor de outra freguesia. Teria ficado mais satisfeito se este problema tivesse sido resolvido antes, enquanto só havia a Freguesia de Várzea Cova e a freguesia de Aboim, agora dói mais, espera que a sua posição seja entendida, uma vez que a sua posição será de abstenção nesta votação porque, se por um lado, reconhece que a votação foi expressiva da vontade manifestada por aquela população, não sabendo se bem ou não elucidada, convictos de que era o melhor, sendo uma posição irrevogável e também por outro lado e como membro desta Assembleia, na qualidade de Presidente de Junta das Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova, terão que aceitar que não poderá concordar.-----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Mesa** que dirigiu uma pergunta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova no sentido de saber se devia riscar o seu nome da proposta favorável anteriormente apresentada.-----

-----Respondeu o **Senhor Presidente da Juntas de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova** que não queria que o seu nome fosse retirado, uma vez que assinou essa proposta na qualidade de membro da Comissão criada para o efeito.-----

-----Retomou a palavra o **Senhor Presidente da Mesa** para prestar esclarecimento ao Senhor Presidente da Juntas de Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova sobre a questão colocada sobre a atualização das matrizes dos prédios que hoje dizem na sua descrição pertencer à freguesia de Várzea Cova e que quando a Assembleia da República aprovar esta Lei passarão a pertencer a outra freguesia, serão pelas respetivas repartição de finanças automaticamente alteradas, podendo os cidadãos daquele lugar, requerem caderneta predial urbana dos respetivos prédios e se a caderneta lhe for fornecidas gratuitamente e se verificando se que a alteração ainda não tenha sido feita, os serviços serão obrigados a desencadear um novo averbamento porque aquilo que aconteceu nas freguesias do país inteiro na reorganização administrativa foi uma coisa muito simples, como vai acontecer com esta, havendo uma Lei da Assembleia da República e houve uma Lei para muitas freguesias e neste caso para a freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraído, essa Lei é comunicada aos serviços de finanças que oficiosamente são obrigados a proceder as necessárias alterações, pelo que a população que

hoje tem prédios no Lugar da Lagoa da Freguesia de Várzea Cova podem ficar cientes, porque é o que consta da Circular das finanças criada para este efeito, que quando esta Lei for aprovada, esperamos que sim, na Assembleia da República, de seguida, tal como aconteceu na reorganização administrativa das freguesias, os serviços de finanças são intimados a fazer eles próprios, sem nenhum custo para os cidadãos, a atualização dos prédios e se por ventura, conforme consta da circular, alguns dos proprietários precisar da caderneta para alguma transacção, para vender um prédio, por exemplo, e verificar que ainda não está atualizada, os serviços são obrigados a fazer a mesma automaticamente na hora.-----

-----Foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, que começou por dizer que era de lamentar que o Partido Socialista, devido a motivos eleitorais, não tenha resolvido este problema no início quando aqui foi discutido o mapa da reorganização administrativa das freguesias.-----

-----Tomou, novamente, a palavra o **Senhor Presidente da Mesa** para esclarecer que, quando foi o processo de reorganização das freguesias, não estava previsto no projeto e nas disposições que o Governo distribuiu no Parlamento e que posteriormente enviou para as Assembleias e Câmaras Municipais, não estava previsto em nenhum lugar que a par das agregações de freguesias fossem apresentados projetos ou propostas de arrumação ou alteração de fronteiras de freguesias, e julga ter dito isso aqui nesta Assembleia, portanto, em sua opinião, este assunto da Lagoa não podia ser tratado naquele processo.-----

-----Seguidamente tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), dizendo que era obrigado a discordar com o Senhor Presidente da Mesa, salientou que o Senhor Presidente disse e muito bem que não estava previsto no projeto ou na lei que previa a agregação, tinha toda a razão, mas também não desconhece que na Lei que agregou as freguesias existiram várias alterações aos limites da freguesias.-----

-----O **Senhor Presidente da Mesa** prestou esclarecimentos sobre esses casos dizendo que a Assembleia da República tem uma maioria, maioria que sustenta o Governo que apresentou o projeto de reorganização administrativa e essa proposta não previa nenhuma arrumação que não fosse a simples

agregação de freguesias, no dia da discussão de especialidade, que as propostas entram e têm data e hora na Assembleia da República, provavelmente, porque em alguns sítios esse problemas se pôs de forma aguda, houve alterações ao texto da própria proposta de Lei feitas na hora que acolheram meia dúzia de alterações em Municípios, que julga serem do PSD, para a seguir introduzir essas alterações de fronteiras. Voltou a afirmar que a Lei com a qual fomos confrontados aqui em Fafe, como no país inteiro, não previa, nem admitia, acertos de fronteiras, as alterações foram apresentadas no próprio dia e votadas na hora.-----

-----Usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), para lembrar que aquando da discussão dessa Lei aqui nesta Assembleia, ou seja, antes da sua votação na Assembleia da República, tinha levantada esta questão. Relativamente a questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova, reconhece que sua postura foi corretíssima mas, que também, é verdade que o mapa que foi feito, não respeita efetivamente o limite dos prédios e que irá existir prédios que vão ficar nas duas freguesias.-----

-----Seguidamente uso da palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, para dizer que relativamente a esta matéria, como alias todos sabem, houve uma proposta de alguém que sugeria que a Freguesia de Várzea Cova e Aboim fossem agregadas ficando assim o problema da Lagoa resolvido, claro que houve oposição por parte de alguns elementos que faziam parte da Comissão criada para o efeito, e hoje não estariam a discutir esse assunto se essa agregação tivesse sido aceite. Relativamente ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova sobre o fato de as pessoas não estarem devidamente esclarecidas, a culpa é deles, era o Presidente da Junta e a Junta de Freguesia que tinha o dever e a responsabilidade de elucidar os seus cidadãos. Por outro lado, entende que devem ser dissipadas as dúvidas aqui levantadas, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu de que as matrizes eram automaticamente atualizadas mas o registo da propriedade imobiliária não se limita só às matrizes, também tem o registo predial o que provoca encargos mas naturalmente e independentemente de ser uma Lei da Assembleia da República, também o regulamento emolumentar do registo e notariado prevê a situação dos atos

gratuitos, e um deles é precisamente quanto tem que haver atualizações das descrições prediais com base nos artigos matriciais ou de quaisquer outros fatos que não dependem da vontade dos interessados, que é o caso.-----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Gens, Delfim Silva**, apesar de ter feito a promessa a si próprio de não voltar a falar aqui nesta Assembleia, durante este mandato, mas uma vez que o assunto lhe tocou, vê-se obrigado a intervir e dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova que as populações do Lugar da Pica, tanto de Quinchães e como de S. Gens estão satisfeitas, e o que delimita as duas freguesias é a estrada nacional.-----

-----Seguidamente usou da palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, tecendo vários comentários políticos.-----

-----Por ultimo, usou novamente da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraido, António José Novais** para afirmar que as pessoas da Lagoa estava devidamente informadas ao contrário do que é afirmado pelo Senhor Diamantino Lopes, e todos nós sabíamos da reivindicação deste povo relativamente a esta questão, toda a população pretendia que este lugar pertence-se a uma única freguesia, depois foi o Senhor Diamantino que solicitou a realização de um referendo que expressou de forma clara a vontade desse povo, pelo que deve ser respeitada.-

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo ***aprovada, por maioria, com cinquenta votos a favor e uma abstenção e remeter o parecer à Assembleia da República.***-----

-----Por fim, o **Presidente da Mesa** colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e oito de abril de dois mil e catorze, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

-----Terminada a ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao público.-----

-----Solicitou a palavra o **Senhor Eurico Castro** para solicitar esclarecimentos sobre a obra que estaria prevista e, que aqui foi invocada, numa parcela sobrance do IC5, em Fornelos.-----

-----Tomou a palavra o Senhor **Joaquim Silva Lopes** que mostrou à Assembleia uma amostra recolhida na Ribeira de Golães onde é visível os efeitos da poluição no local, alertando para a necessidade de se atuar nessa matéria.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao Segundo Secretário, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero hora e trinta minutos do dia vinte e oito de Junho de dois mil e catorze.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro.-----